

## A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL ENQUANTO FUNDAMENTO TEÓRICO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL: NOTAS PRELIMINARES.

Luane Meireles Vieira<sup>1</sup>  
Mikeli Viana do Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo compreender a segregação socioespacial enquanto fundamento teórico, além de compreender a posição do Serviço Social frente aos fenômenos de exclusão desenvolvidos através da perspectiva segregacionista. Este texto, apresenta em seu aporte de reprodução definições iniciais de segregação socioespacial e seus agentes produtores, além de promover uma análise sobre o conceito de cidade em sua perspectiva histórico-social, tendo em vista, a segregação dentro dos espaços urbanos, onde estes, se manifestam como principais agentes motivadores dos fenômenos de exclusão e limitação nas políticas em prol dos direitos sociais.

**Palavras-chave:** Segregação Socioespacial; Serviço Social; Exclusão Social, Cidades.

**Keyword:** Socio-spatial Segregation, Social Work, Social Exclusion Cities.

### INTRODUÇÃO

Observar a dinâmica do espaço urbano é encarar os resultados dos processos de uma construção que ocorreu e ainda ocorre ao longo do tempo, fomentada pelos interesses e necessidades dos homens em cada contexto histórico. Uma das consequências desse movimento chama-se segregação socioespacial e, mediante as análises dessa categoria, estudiosos da área urbana buscam compreender a reprodução do espaço e de qual forma esse processo acaba por afetar a vida e as relações humanas.

Falar sobre segregação socioespacial e seus agentes produtos e os impactos gerados na relação humana, nos leva a debater sobre o espaço no qual ela se desenvolve. Sendo assim, é válido acentuar que esse fenômeno se relaciona diretamente com o processo construtivo das cidades e as relações sociais que acontecem dentro dos espaços urbanos, uma vez que, “a ideia da cidade enquanto construção humana,

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPa, [luanemeireles07@gmail.com](mailto:luanemeireles07@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPa, [vianascimeto@gmail.com](mailto:vianascimeto@gmail.com).

produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação sociedade com a natureza”, conforme afirma Carlos (2003, p. 14).

E dando início ao diálogo a respeito da compreensão dos processos de segregação espacial e exclusão social, Marisco (2020) aponta que a segregação reforça a exclusão, tendo em vista que a concentração dos excluídos em certos espaços têm acentuado a segregação desses grupos, sendo o inverso também possível. Nesse sentido, entende-se que a formação das cidades se desenvolve a partir da história da vida humana, em que as relações sociais instituídas na sociedade se espelham diretamente durante sua construção e seu desenvolvimento, na medida em que os movimentos passados interferem no presente e futuro da vida humana nas cidades.

Dessa forma, é perceptível a ligação inter relacional entre esses fenômenos, e que seus agentes causadores estão ligados de forma conjunta, o que requer análises mais aprofundadas no debate sobre a origem dos conceitos aqui apresentados. Nesse sentido, desenvolver elaborações analíticas sobre a exclusão social, como fruto da segregação nas cidades dentro de seus espaços urbanos, poderá auxiliar nas assertivas construídas pelo olhar crítico do serviço social e na sua política de assistência utilizada como aporte para lidar com os fenômenos que estão sendo analisados.

Por fim, para a elaboração do presente artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico visando fundamentar o trabalho a respeito do tema escolhido. Assim, a plataforma utilizada para as pesquisas bibliográficas sucedeu-se mediante buscas no Google Acadêmico, o qual concentra em seu arcabouço trabalhos de diferentes temáticas, em vários idiomas e de todo o mundo. Assim, buscando obter resultados precisos sobre o tema, foram usados filtros de pesquisas, restringindo o levantamento às categorias segregação socioespacial, cidades, exclusão e Serviço Social.

## **1 DEFINIÇÕES INICIAIS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Ao longo da história humana, ocorreram diversos eventos que provocaram mudanças significativas na dinâmica da sociedade. Podemos considerar as transformações ocorridas no século XVIII como as mais relevantes para as relações econômicas, políticas e sociais, assim como para as questões do espaço urbano. Desse modo, dentro dessas mudanças urbanísticas, sobressai a questão da segregação socioespacial, que ocorreu principalmente na Europa.

Sendo assim, passados dois séculos, ocorreu o estopim dos estudos voltados ao debate sobre a segregação socioespacial, tendo a Escola de Chicago, cujo surgimento foi fomentado pelo crescimento urbano que marcou as cidades norte-americanas, como uma das pioneiras a estudar esse fenômeno. Para os pesquisadores que integravam a instituição, a segregação do espaço era resultado das escolhas individuais dos sujeitos, influenciadas por aspectos de identificação e pertencimento a um determinado local. Em suma, os autores dessa vertente acreditavam que o fenômeno segregacional estaria inerente ao processo de urbanização, ou seja, seria um componente natural do sujeito, conforme aponta Vieira e Melazzo (2012).

Na contramão do debate levantado pela Escola de Chicago, com autores como Albion Small e Louis Wirth, pertencentes a primeira e segunda fase respectivamente, que não levavam em conta a fundamentação e as origens produtoras da segregação, os pesquisadores da perspectiva marxista debruçaram-se a estudar esse processo como uma consequência advinda do sistema capitalista na sociedade. De acordo com Souza (2002) os marxistas deixam de lado o caráter natural dos autores das décadas de 30 e 40, classificando esse afastamento como uma desnaturalização dos estudos realizados na primeira metade do século passado.

Pode-se compreender como desnaturalização as ideias de desconstrução do darwinismo social e da sociologia culturalista pregadas pelos autores da Escola de Chicago, os quais consideravam os conflitos existentes na sociedade como “uma competição entre indivíduos, em analogia com as ideias biológico-evolucionistas” (SOUZA, 2002, p.26). Sendo assim, eles não encaravam as questões que emergiram da sociedade como uma consequência das relações geradas pelo capitalismo. É na via contrária que os marxistas vão trabalhar, de acordo com Souza (2002), o entendimento desses autores estavam pautados na visão de que as questões sociais presentes nos espaços eram frutos gerados pelas relações produzidas dentro da ordem do sistema capitalista.

Para Henri Lefebvre (1974 apud VIEIRA; MELAZZO, 2012, p. 164) o espaço “é uma forma de organização e de produção social”, portanto determinada área se tornaria apenas mais uma mercadoria para os detentores dos meios de produção. Posto isso, o autor marxista afirma que a construção do espaço ocorre mediante a três fatores: I) o primeiro, seria ele como mera mercadoria para os capitalistas; o que desencadearia o segundo fator, II) a diferença de acesso das classes ao meio urbano e, por fim, III) o

controle ideológico da classe dominante sobre os dominados, causando uma forma de alienação.

O autor espanhol Manuel Castells (1974) também trabalha com a ideia de alienação das classes, seus estudos aprofundam o debate sobre as influências que as políticas públicas habitacionais provocam no meio urbano. De acordo com ele, o aspecto político é o ponto chave da discussão, pois um dos atores responsáveis pela segregação seria o Estado, órgão o qual formula e implementa as políticas, a legislação urbanística e a fiscalização de todos os processos de desenvolvimento das cidades (VIEIRA; MELAZZO, 2012).

Outro fator o qual intervém no meio urbano, é chamado por Castells como elite detentora do capital, que usa de seu prestígio social para restringir e controlar as informações transmitidas pela imprensa para a grande massa da população. Por fim, o último agente político seria as classes sociais desfavorecidas, pois elas estariam a mercê do controle de informações seja pelo domínio da elite, seja por não demonstrar interesse referente ao assunto, ou por não ter representantes nas tomadas de decisão.

O último autor da corrente marxista que ganha visibilidade no debate sobre segregação é Jean Lojkin (1997), de acordo com ele a organização espacial urbana era fruto da divisão social do trabalho, a qual era acentuada pela presença do Estado como peça de defesa dos interesses dos capitalistas. Dessa forma, Lojkin (1997) defendia a divisão de três categorias de segregação socioespacial, sendo a primeira esfera referente aos preços entre os centros e a periferia, a segunda diz respeito à separação das zonas destinadas às camadas com maior privilégio social e as zonas populares e, por último, a divisão geográfica das regiões em diferentes áreas de utilidade.

Desse modo, é notório que a corrente marxista empenha-se em desenvolver um estudo com bases críticas, investigando de forma aprofundada os agentes causadores da segregação socioespacial, visando enfatizar no debate as influências que o sistema capitalista impõe sobre o espaço e sobre a reprodução da vida dos sujeitos. Assim, é possível compreender que:

A dinâmica de produção e de reprodução do espaço não pode ser pensada excetuando de sua intrínseca relação com os processos de acumulação capitalista e de exploração da força de trabalho, assim como também tal reflexão não pode estar apartada das lutas e

resistências populares engendradas nesse contexto. (GUIMARÃES, 2014, p.772).

Em resumo, pode-se concluir que o sistema econômico vigente na sociedade é o principal ator produção segregacional do espaço. É mediante a observância das dinâmicas presentes na cidade que se torna possível entrever as manifestações provocadas pela exclusão social, a qual reflete fortemente sob as áreas mais afastadas dos centros urbanos desenvolvidos. Assim, ocorrendo a interferência na qualidade dos serviços oferecidos nas regiões periféricas, repercutindo nos acessos dos indivíduos aos seus direitos e na sua reprodução social.

## **2 A CIDADE PRODUTORA DA EXCLUSÃO SOCIAL: O LUGAR DA SEGREGAÇÃO**

Quando se fala em cidades o primeiro conceito que se vem em mente são as abordagens geográficas que buscam expor as características físicas e naturais de um espaço. No entanto, os conceitos abordados aqui estão convergidos a uma perspectiva espacial geográfica e histórico-social, uma vez que, é impossível conduzir uma discussão sobre a origem das cidades sem dar ênfase à dinâmica social, política e econômica nesses espaços.

Na dimensão do pensamento Carlos (2003), analisa a ideia de cidades como uma construção humana que surge a partir das relações da sociedade com a natureza. Desse modo é possível compreender que:

A produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática socioespacial, revelando a vida na cidade. A sociedade constrói um mundo objetivo através da prática socioespacial, revelando em suas contradições, um movimento que aponta um processo em curso, - que tem sua base no processo de reprodução das relações sociais - que se realiza enquanto relação espaço-temporal. (CARLOS, 2003, p. 14).

Com isso, é impossível dissociar o espaço urbano dos fenômenos de reprodução social, já que é onde as relações humanas se manifestam em toda sua complexidade e essência, principalmente quando se trata das mazelas sociais, que são ocasionadas durante esse processo.

Seguindo as análises de Carlos (2003), deve-se entender as articulações no movimento do mundo moderno a partir de três planos indissociáveis: o econômico, o político e o social, onde no plano econômico, a cidade produz fenômenos que atende

aos interesses capitalistas, o plano político reproduz a dominação estatal e seus espaços de normatização, e no social reproduz a vida humana a partir da prática socioespacial. Nesse sentido, compreende-se que o conceito de cidade, está voltado em sua essência ao capital, no qual, a sociedade se encontra dentro de estruturas planejadas para atender diretamente aos seus interesses, onde os três planos envolvem as relações humanas numa dinâmica direcionada ao urbano e para o fortalecimento desse sistema.

Seguindo esta linha de raciocínio, sabe-se ainda que o capitalismo tornou-se um fenômeno inerente à cidade. Sua lógica de dominação tem em foco o grande acúmulo de capital, e a distinção de classes que fomentam os fenômenos de segregação socioespacial nos espaços urbanos Marisco (2020) aponta:

A instituição de uma sociedade de classes foi fundamental para a instituição das cidades e do fenômeno urbano. Entretanto, as desigualdades sociais e econômicas refletidas através de uma estratificação social resultou, igualmente, em fenômenos em que esta desigualdade de classes era expressa no espaço geográfico configurando uma segregação socioespacial.( MARISCO, 2020, p. 53).

Em virtude a isso, é perceptível o quanto a inserção da sociedade de classes nas cidades corroborou com a segregação socioespacial nos centros urbanos e contribuiu com o fenômeno de exclusão social. Nesse sentido, os impactos da segregação reforçam os sistemas de exclusão e corroboram para o isolamento e esquecimento de camadas sociais que estão posicionadas às margens de seus direitos e acesso a esses.

Ainda neste seguimento, podemos usar o conceito de direito a cidade de Lefebvre (2001) como um aporte fundamental para a asserção de Marisco (2020) de que:

A exclusão social se traduz na negação ao indivíduo do acesso à educação, à saúde, ao lazer, a segurança, a cidadania, aos direitos políticos, a habitação, a ambientes salubres, a moradias que atendam os requisitos mínimos de conforto, higiene e segurança, previstos nas normativas urbanísticas. (MARISCO, 2020, p. 46).

Consoante a isso, implica-se que a exclusão social além de ser um produto da distinção de classes, também é fruto da dominação estatal e de seus privilégios, uma vez que, a supressão das classes menos privilegiadas se perpetua com a retirada do



acesso básico aos seus direitos e a elitização dos espaços urbanos que passam a se concentrar em zonas de difícil acesso.

### **3 ANÁLISES SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

O debate construído sobre a segregação socioespacial dentro das análises das ciências sociais tende a ultrapassar o conceito apenas de um espaço urbano físico e no Serviço Social isso não seria diferente. O objeto de estudo, tanto das disciplinas quanto do trabalho dessa profissão, são as expressões da questão social e mediante a observação das dinâmicas do cotidiano podemos reconhecer os reflexos e implicações da segregação da vida dos sujeitos.

Devido ao crescimento desordenado das grandes cidades, é possível dissertar que a falta de serviços básicos encontra-se, principalmente, concentrada nas áreas periféricas dos territórios, afetando diretamente a qualidade de vida das classes mais pobres da sociedade. Em suma, os habitantes das periferias sofrem com as condições precárias dos equipamentos urbanos presentes nos seus bairros, sendo obrigados a deslocar-se das áreas mais afastadas para os grandes centros polidos de aparelhos urbanos com qualidade superior.

Partindo desta linha de raciocínio, é válido pontuar que o Estado, agente atenuante da segregação socioespacial com suas políticas dominadoras de privilégio, impacta diretamente no acesso aos direitos sociais e na ausência de serviços públicos, gerando um conflito de forças entre estado e sociedade. Segundo Nascimento (2015), levando em consideração as definições de Oliveira (2009, p.37), é importante avaliar a transição do conceito de território apresentado pela Política Nacional de Assistência Social que aponta a saída das relações solidárias, desejos comuns, fortalecimento do conceito de família comunitária que se estende aos vizinhos e regiões da cidade e se converte a debater as vivências e o uso do território realizado pela população a partir da disputa, contradições, denúncias, lutas sociais pelo direito, conduzindo assim, novas reflexões para a discussão dessa política.

Nesse sentido, a política de assistência, debate a conceituação do território e analisa as lutas sociais que são enfrentadas nos espaços urbanos de disputa. Esse fator implica de forma direta e indireta na construção territorial, que favorece áreas de maior privilégio, onde os excluídos precisam se valer das lutas por acesso aos espaços de direito através das políticas de assistência que vão de contra à essa segregação.

Desse modo, conforme amparado pelo código de ética da profissão (1993), o Serviço Social, busca democratizar o acesso às políticas e a luta em prol dos direitos sociais, onde se encontra na posição de analisar e debater os espaços e contextos da segregação socioespacial na sociedade, tentando entender as dinâmicas de funcionamento econômico, político e social. Tomando as ponderações de Nascimento (2015) sobre a assistência social relata-se que:

[...] Assistência Social tem como alvo a população que não está apta a vender sua força de trabalho conforme exigências do capital e é esta classe trabalhadora atingida, em muitos casos, pelas políticas urbanas que tendem a produzir a segregação. Assim, a Assistência Social é objeto de ações tanto para os inaptos para o trabalho quanto para os que estão em condições de precarização das condições da vida urbana no que se refere ao saneamento, urbanização, habitação e transporte por conta das transformações capitalistas empreendidas na cidade. (NASCIMENTO, 2015, p.11).

Nesse contexto, fica evidente o quanto as ações de combate ao discurso da acumulação de políticas urbanas são necessárias dentro da profissão, uma vez que, lutar por políticas de assistência a favor das populações que habitam espaços em situação de precariedade, é relevante ao cenário de democratização social, que é o denominador comum entre os pilares da profissão e a população que vive em vulnerabilidade em relação ao acesso de direitos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, ao longo deste artigo pode-se compreender que a segregação socioespacial é uma categoria que envolve diferentes aspectos da dinâmica social e esta, por sua vez, reflete diretamente na vida dos sujeitos presentes no espaço urbano. Tendo como base os fundamentos teóricos apresentados aqui, pode-se considerar que a análise que contempla o debate de forma mais ampla e completa, até o presente momento, é a corrente dos autores marxistas, pois estes ponderam as influências do capitalismo na ordem social.

Por conseguinte, vale destacar que são essas interferências da elite capitalista que corroboram para a exclusão social e acentuação das desigualdades sociais, as quais acabam por gerar impactos, sobretudo, as camadas mais frágeis da sociedade. Dessa forma, a segregação socioespacial não relaciona-se apenas às delimitações geográficas, mas também diz respeito ao acesso dos indivíduos aos serviços públicos,



às políticas públicas, à arte, ao lazer, à segurança e, acima de tudo, aos seus direitos assegurados pela legislação.

E é tendo em vista as disparidades entre as classes, que o Serviço Social busca caminhos para atenuar as consequências do processo de segregação. Assim, a categoria, tem por competência viabilizar ações as quais garantam os direitos previstos em lei à sociedade civil, por intermédio da análise atenta das dinâmicas sociais, visando sempre defender os usuários mais afetados pelo sistema capitalista.

## REFERÊNCIAS

**BASTOS, A; ALMEIDA, M; A. L. C. FIÚZA; et al.** Segregação socioespacial: uma meta-análise dos trabalhos publicados em periódicos a partir da aprovação do estatuto da cidade (2001-2017). HOLOS, v. 8, p. 298–320, 2017.

**BARROCO, Maria Lucia Silva; HELENA, TERRA Sylvia.** Código de ética do (a) assistente social comentado. Cortez Editora, 2014.

**CARLOS, Ana Fani Alessandri.** Uma leitura sobre a cidade. Revista Cidades, v. 1, n. 1, p. 11-30, 2004.

**DO NASCIMENTO, Sueli.** SEGREGAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma relação a ser entendida.

**GUIMARÃES, M. C. R.** (2015) Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. Serv. Soc, n. 124, p. 721-745.

**LOJKINE, Jean.** O Estado capitalista e a questão urbana. Tradução E. S. Abreu. São Paulo: Martins fontes 1997.

**MARISCO, Luciane Maranha.** Revisitando autores sobre os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do espaço urbano. [Teste] Revista contexto geográfico, v. 5, n. 9, p. 45-56, 2020.

**SOUZA, M. J. L.** Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

**VIEIRA, A. B; MELAZZO, E S.** (2012). Introdução ao conceito de segregação socioespacial. Formação (Online), v.1, n.10.